

CONTEXTUALIZAR PARA PONTUAR

Como achar a resposta das questões discursivas no índice remissivo e escrevê-la do jeito que o examinador pontua, com as quatro questões do Exame 39 resolvidas passo a passo.

Prof. **Éderson Félix** Material de apoio da aula ao vivo

A IDEIA CENTRAL DA AULA

Copiar o artigo não pontua. A resposta que pontua junta três coisas: o que está no problema, o que foi perguntado e o que está escrito na lei.

ANTES DE TUDO

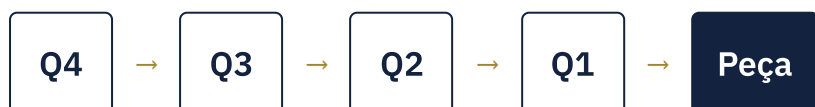
SIGA A TRILHA

O conteúdo da plataforma foi organizado como um caminho. Pular etapas gera ansiedade e não adianta o estudo. A ordem é esta:

- **Linha processual primeiro.** Metade da prova é processo. Quem entende a linha processual não erra a peça nem a medida cabível.
- **Depois, questões comentadas.** Cada questão que você estuda vira uma tese que você vai usar dentro da peça.
- **Peças e simulados olhando a correção primeiro.** Ainda não é hora de fazer peça sozinho. Assista como se faz, entenda a lógica, depois treine.
- **Terminou tudo?** Avise no grupo que o professor libera mais material. Dúvida também vai para o grupo, e se a resposta demorar, mande um "?" para ela voltar ao topo.

NO DIA DA PROVA

COMECE PELAS QUESTÕES, DE TRÁS PARA FRENTE



- **Não leia a peça antes.** Se ela for inédita, desestabiliza você e rouba o tempo das questões. As questões garantem pontos; a peça vem por último.
- **Por que de trás para frente?** Em quase todas as provas, a questão 1 é a mais trabalhosa de localizar. A prova é montada para você travar nela logo no começo.
- **Dez minutos por questão para localizar a resposta.** Não achou? Pule e volte no final. Não sofra por uma questão: você precisa de 6 pontos, não de 10.
- **A letra A travou? Tente a B.** Muitas vezes as duas são independentes (foi assim na questão 1 do Exame 39).

LOCALIZAR

COMO ACHAR A PALAVRA-CHAVE

1

Leitura reversa

Leia a pergunta antes do problema. Algumas vezes você responde sem ler o caso (ex.: "qual o efeito jurídico da aposentadoria...?").

2

Regra do "1x, 2x"

A palavra que aparece no problema e se repete na pergunta costuma ser a palavra-chave. Cerca de 80% das respostas estão nela.

3

Índice remissivo

Procure a palavra no índice remissivo da sua CLT. É ele, e não a CLT em si, que faz a diferença entre uma edição e outra.

4

Não achou? Anote

Leia o gabarito, descubra por que não achou e escreva a remissão ao lado do verbete (ex.: em "prescrição", anote "S. 382 TST").

ESCREVER

A FÓRMULA DA RESPOSTA QUE PONTUA

Pergunta

+

Problema (o caso)

+

Lei, súmula ou OJ

As cores acima são as mesmas usadas nas respostas modelo deste material. Veja a diferença na prática:

NÃO PONTUA

"Trata-se de documento novo, nos termos da Súmula 8 do TST."

Está certo, mas é só a lei. Não conta a história do caso nem responde a pergunta com as palavras dela.

PONTUA

A tese processual a ser defendida no recurso ordinário é que o recibo de quitação das horas extras só foi obtido depois de o processo seguir concluso para sentença, sendo antes desconhecido, o que justifica sua juntada na fase recursal (Súmula 8 do TST).

Comece retomando a pergunta. Como na escola: "O efeito jurídico da aposentadoria... é...". Isso já contextualiza.

Use as palavras da lei, sem parafrasear. A correção é objetiva: se o termo está no espelho, pontua; se você trocou por sinônimo, pode não pontuar.

Traga nomes, datas e fatos do caso para dentro da resposta.

Pergunta de sim ou não? Diga "sim" ou "não" logo no início. Uma resposta bem fundamentada com o "sim" trocado pelo "não" perde a pontuação.

Mais de um fundamento serve? O espelho costuma aceitar qualquer um deles (ex.: art. 853 da CLT ou Súmula 379 do TST). Citar os dois não prejudica.

O tamanho varia de exame para exame. No Exame 45 as respostas cabiam em uma ou duas linhas. Treine no formato completo: quem treina no jogo difícil joga fácil no jogo fácil.

EXAME 39: AS QUATRO QUESTÕES RESOLVIDAS

Os casos estão resumidos. Abra o [padrão de resposta oficial da FGV \(Exame 39, Trabalho\)](#): ele traz o enunciado completo de cada questão, o gabarito e a distribuição dos pontos. Deixe aberto ao lado enquanto estuda.

O QUE O ESPELHO MOSTRA

Em todas as oito respostas, citar a lei vale só 0,10. O resto dos pontos está em dizer a tese e explicar o porquê com os fatos do caso.

QUESTÃO 1 · CELSO

Prescrição e documento novo

Celso trabalhava desde 2001 numa empresa pública estadual, como empregado celetista. Em janeiro de 2019, uma lei estadual passou os empregados para o regime estatutário. Em março de 2022 ele se aposentou e ajuizou reclamação pedindo horas extras e adicional noturno do período celetista. A sentença foi parcialmente procedente. Depois de o processo ir concluso para sentença, a ré obteve um recibo, antes desconhecido, em que Celso dava quitação das horas extras.

A) Que tese a ré deve sustentar desde a contestação para rechaçar de plano a pretensão?

Palavra-chave: **prescrição** (não aparece no texto; é a pista "de plano" + datas)

"Rechaçar de plano" significa matar o processo sem discutir o mérito: é prescrição (ou decadência). Viu data no problema? Faça a conta. A mudança de regime extingue o contrato

celetista, e dali correm dois anos. De janeiro de 2019 a março de 2022 passaram mais de três.

RESPOSTA MODELO

Como advogado da ré, eu sustentaria desde a contestação a prescrição biennial dos pedidos de horas extras e adicional noturno do período em que Celso era regido pela CLT, pois a mudança para o regime estatutário, em janeiro de 2019, extinguiu o contrato de trabalho, e a partir dela passou a fluir o prazo de dois anos, e a ação só foi ajuizada em março de 2022, nos termos do art. 7º, XXIX, da CF, do art. 11 da CLT e da Súmula 382 do TST.

ESPELHO OFICIAL Prescrição biennial **0,30** · porque a mudança de regime extinguiu o contrato **0,25** · Súmula 382 do TST, art. 11 da CLT ou art. 7º, XXIX, da CF **0,10** · total 0,65

B) Que tese processual permite usar a prova obtida depois de o processo ir concluso para sentença?

Palavra-chave: **documento** ("documento... antes desconhecido")

Não é ação rescisória: ainda cabe recurso, então não há trânsito em julgado. A rescisória exige trânsito em julgado, prazo de dois anos (art. 975 do CPC) e uma das hipóteses do art. 966 do CPC. Aqui o caminho é juntar o documento no próprio recurso ordinário.

RESPOSTA MODELO

A tese processual a ser defendida em recurso ordinário é a juntada do recibo de quitação das horas extras como documento novo, pois ele só foi obtido depois de o processo seguir concluso para sentença, sendo antes desconhecido da ré, o que configura justo impedimento para sua oportuna apresentação e autoriza a juntada com o recurso ordinário, nos termos da Súmula 8 do TST (ou do art. 435 do CPC).

ESPELHO OFICIAL Documento novo **0,30** · pode ser juntado no recurso **0,20** · Súmula 8 do TST ou art. 435 do CPC **0,10** · total 0,60

Cleonice, vendedora contratada em janeiro de 2022, sofreu um acidente grave em fevereiro de 2023, sem culpa da empresa, e foi atendida pelo plano de saúde fornecido pelo empregador. Uma junta médica declarou sua incapacidade total por tempo indeterminado, e o INSS concedeu aposentadoria por incapacidade permanente (a antiga aposentadoria por invalidez). A empresa então cancelou o plano de saúde dela.

A) Qual o efeito jurídico da aposentadoria por incapacidade permanente no contrato de trabalho de Cleonice?

Palavra-chave: **aposentadoria** (1x no problema, 2x na pergunta)

Essa você responde só lendo a pergunta. "Efeito jurídico" é a consequência para o contrato: ele termina, é interrompido ou fica suspenso? A lei diz: suspenso. Ele não termina.

RESPOSTA MODELO

O efeito jurídico da aposentadoria por incapacidade permanente no contrato de trabalho de Cleonice é a suspensão do contrato de trabalho, que não se extingue com a concessão do benefício, nos termos do art. 475 da CLT (ou da Súmula 440 do TST).

ESPELHO OFICIAL Contrato suspenso **0,55** · art. 475 da CLT ou Súmula 440 do TST **0,10** · total 0,65

B) Qual medida adotar para buscar imediatamente o restabelecimento do plano de saúde?

Palavra-chave: plano de saúde tutela de urgência

"Qual a medida" pergunta pela peça. Tutela de urgência não é peça: é um tópico dentro da peça. Cleonice é a reclamante, então a peça é a reclamação trabalhista, com pedido de tutela de urgência.

RESPOSTA MODELO

A medida a ser adotada para buscar imediatamente o restabelecimento do plano de saúde de Cleonice é ajuizar reclamação trabalhista com pedido de tutela de urgência, com base no art. 300 do CPC, pois o contrato está apenas suspenso pela aposentadoria por incapacidade permanente e é assegurada a manutenção do plano de saúde (Súmula 440 do TST).

ESPELHO OFICIAL Reclamação trabalhista com pedido de tutela (provisória, de urgência, cautelar ou liminar) **0,50** · art. 300 do CPC **0,10** · total 0,60

QUESTÃO 3 · REDE DE SUPERMERCADOS

Dirigente sindical

Você advoga para uma rede de supermercados. Situação 1: a empresa quer dispensar um dirigente sindical, faltando um mês para o fim do mandato, por falta grave comprovada com documentos, áudio, vídeo e testemunhas. Situação 2: um empregado dispensado com aviso prévio indenizado registrou a candidatura a dirigente sindical durante o aviso, foi eleito e agora pede reintegração.

A) Que medida jurídica processual adotar para implementar a dispensa do dirigente sindical?

Palavra-chave: dirigente sindical (→ estabilidade)

Dirigente sindical tem estabilidade. Mesmo que cometa a falta mais grave possível, a empresa não pode dispensá-lo por conta própria: precisa do inquérito, e é o juiz quem

chancela a justa causa.

RESPOSTA MODELO

A medida jurídica processual que eu adotaria para implementar a dispensa do dirigente sindical seria ajuizar inquérito judicial para apuração de falta grave, pois ele detém estabilidade até um ano após o fim do mandato e só pode ser dispensado mediante inquérito, nos termos do art. 853 da CLT e da Súmula 379 do TST.

ESPELHO OFICIAL Inquérito para apuração de falta grave **0,30** · porque ele tem estabilidade **0,25** · Súmula 379 do TST ou art. 853 da CLT **0,10** · total 0,65

B) Que tese sustentar em contestação para afastar o pedido de reintegração?

Palavra-chave: **dirigente sindical** → "registro da candidatura no curso do aviso prévio"

A mesma palavra-chave serve para as duas letras. No índice, dentro de "dirigente sindical", procure o registro de candidatura durante o aviso prévio.

RESPOSTA MODELO

A tese jurídica que eu sustentaria em contestação para afastar o pedido de reintegração é que o empregado foi dispensado com aviso prévio indenizado e registrou sua candidatura a dirigente sindical durante esse aviso, e o registro da candidatura no curso do aviso prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade, nos termos da Súmula 369, V, do TST e do art. 543, § 3º, da CLT.

ESPELHO OFICIAL Não há estabilidade **0,30** · porque o registro foi feito após a dispensa, durante o aviso prévio **0,20** · Súmula 369, V, do TST **0,10** · total 0,60

QUESTÃO 4 · LAURA PEDROSO

Conselho fiscal e mandado de segurança

Laura é membro do conselho fiscal do sindicato da categoria profissional. Foi dispensada sem justa causa e pediu reintegração com tutela de urgência, que foi deferida. O processo aguarda audiência e o cumprimento do mandado de reintegração. Você advoga para a empresa.

A) Que tese defende a inexistência de estabilidade?

Palavra-chave: **conselho fiscal**

Repare na pegadinha: a OAB coloca o juiz decidindo errado de propósito. Quem tem estabilidade é o dirigente sindical. O conselho fiscal só fiscaliza as finanças do sindicato; não defende a categoria diante do empregador.

RESPOSTA MODELO

A tese específica para defender a inexistência de estabilidade é que Laura é membro do conselho fiscal do sindicato, e o membro do conselho fiscal não tem a estabilidade do dirigente sindical, pois não representa nem atua na defesa dos direitos da categoria, limitando-se à fiscalização da gestão financeira do sindicato, nos termos da OJ 365 da SDI-1 do TST e do art. 522, § 2º, da CLT.

ESPELHO OFICIAL Conselho fiscal não tem estabilidade **0,25** · porque não defende a categoria, só fiscaliza as finanças do sindicato **0,30** · OJ 365 da SDI-1 do TST **0,10** · total 0,65

B) Que medida processual adotar para sustar imediatamente a decisão que deferiu a tutela de urgência?

Palavra-chave: **reintegração** **tutela de urgência**

Olhe em que momento a tutela foi deferida. Antes da sentença, cabe mandado de segurança. Na sentença, cabe recurso ordinário. Aqui o processo ainda aguarda audiência, então é antes da sentença.

RESPOSTA MODELO

A medida processual para sustar imediatamente a decisão que deferiu a tutela de urgência é o mandado de segurança, pois a reintegração de Laura foi determinada antes da sentença, e o processo ainda aguarda audiência, e contra essa decisão não cabe recurso imediato ou próprio, o que torna cabível o mandado de segurança, nos termos da Súmula 414, II, do TST.

ESPELHO OFICIAL Mandado de segurança **0,30** · porque não cabe recurso imediato ou próprio contra a decisão **0,20** · Súmula 414, II, do TST **0,10** · total 0,60

ARMADILHAS QUE MAIS DERRUBAM

Tutela de urgência não é peça

É um tópico dentro da peça. Se perguntarem a medida, responda a peça (reclamação trabalhista, mandado de segurança...) "com pedido de tutela de urgência".

Tutela deferida: MS ou RO?

Antes da sentença, mandado de segurança (Súmula 414, II, TST). Na sentença, recurso ordinário (Súmula 414, I, TST).

Documento novo não é rescisória

Rescisória exige trânsito em julgado, prazo de 2 anos (art. 975 do CPC) e uma hipótese do art. 966 do CPC. Se ainda cabe recurso, junte no recurso (Súmula 8 do TST).

Prescrição tem que ser alegada

Na Justiça do Trabalho o juiz não pronuncia a prescrição bienal/quinquenal de ofício. A ré pode alegá-la até a instância ordinária (TRT), mas não pela primeira vez no TST (Súmula 153 do TST).

Prescrição intercorrente é diferente

Na execução, se o exequente fica inerte por 2 anos após intimado, o juiz pode declará-la de ofício (art. 11-A da CLT).

Na prova, peça só o período imprescrito

Na reclamação da OAB, peça os últimos 5 anos. Na prática da advocacia é comum pedir tudo, porque cabe à ré alegar a prescrição. Na prova, mostre que você conhece a regra.

Quantos dirigentes têm estabilidade?

Até 7 dirigentes titulares e igual número de suplentes, ou seja, até 14 pessoas (art. 522 da CLT e Súmula 369, II, do TST). O suplente é quem assume se o titular sair, e também não pode ser dispensado sem inquérito. A diretoria pode ser maior, mas quem passar desse limite não tem estabilidade.

Nem todo cargo sindical tem estabilidade

Membro do conselho fiscal (OJ 365 da SDI-1) e delegado sindical (OJ 369 da SDI-1) não têm a estabilidade do dirigente.

Princípio da eventualidade

Na contestação, alegue tudo: prescrição e, na sequência, o mérito. "Está prescrito, então não preciso discutir o resto" perde pontos.

Exemplo: gestante

A empresa alega que não sabia da gravidez? Traga isso para a resposta: o desconhecimento do empregador não afasta a estabilidade (Súmula 244, I, do TST). Citar só a regra, sem o fato do caso, não pontua.

MATERIAL DE CONSULTA

O QUE PODE E O QUE NÃO PODE NA SUA CLT

Regra do edital (anexo de materiais permitidos). Leve o edital na memória: se o fiscal questionar, você sabe o que está autorizado.

SITUAÇÃO	PODE?	OBSERVAÇÃO
Marca-texto e traço sob o artigo	Pode	Inclusive cores diferentes para destacar trechos.
Simplex remissão a artigo ou lei	Pode	Ex.: anotar "art. 853 CLT" ao lado de "dirigente sindical" no índice.
Separadores (post-its de separação)	Pode	Desde que só separem, sem texto que estruture peça.
Roteiro de peça por remissões	Não pode	Ex.: encadear todos os artigos do agravo de petição, cada um de uma cor, formando a estrutura da peça.
Notas adesivas ou folhas com anotações	Não pode	Nada de manuscritos ou impressos acrescentados.

Sobre qual CLT usar: o conteúdo das edições é o mesmo. O que muda é o índice remissivo, e é nele que você acha a palavra-chave. Não precisa trocar de CLT agora; treine com a sua e complete as remissões que faltarem.

UMA QUESTÃO POR DIA, DO JEITO CERTO

Não se preocupe em fazer todas as questões. Preocupe-se em fazer cada uma da forma correta. Com uma semana de treino a localização fica bem mais rápida: há alunos que começam em 1h30 e chegam a 50 minutos para as quatro questões.

- ☐ Li a pergunta antes do problema (leitura reversa).
- ☐ Marquei a palavra que aparece no problema e se repete na pergunta.
- ☐ Procurei a palavra no índice remissivo e achei o artigo, súmula ou OJ.
- ☐ Escrevi a resposta com as três cores: pergunta, problema e lei.
- ☐ Se a pergunta era de sim ou não, respondi "sim" ou "não" logo no início.
- ☐ Deu o tempo e não achei? Li o gabarito, entendi por que e anotei a remissão na CLT.

FAÇA PARTE DO CURSO

QUER TREINAR ASSIM ATÉ O DIA DA PROVA?

Esta foi uma aula especial do método Leitura Reversa 2X. No curso OAB 2ª Fase Trabalho você segue a trilha completa, da linha processual até o dia da prova.

- ✓ Linha processual e mapa mental da execução, para nunca errar a peça
- ✓ Caderno de questões com a palavra-chave de cada resposta
- ✓ Treinamento das peças com mais chance de cair e correção comentada
- ✓ Simulados e questões dos últimos exames resolvidos passo a passo
- ✓ Tira-dúvidas direto com o professor no grupo e nas aulas ao vivo

Conheça os cursos

cursos.professoredersonfelix.com.br

PROF. ÉDERSON FÉLIX

OAB 2ª Fase · Direito do Trabalho · Aula 04

Siga a trilha. O básico bem feito é suficiente para a sua aprovação.